

A hora dos simples

VICENTE BARRETTO

No ministério **low profile** do presidente Itamar, o novo ministro da Educação também parece figura discreta: professor de história em município de médio porte; secretário de educação de Juiz de Fora. Mas os dados sucintos da sua biografia sugerem que ele pode ter um bom conhecimento da mazela nuclear do ensino brasileiro: a escola pública municipal.

Por que motivo terá fracassado de forma tão retumbante a educação básica no Brasil? Por falta de salas de aula, de verba, de professores? Ou, na verdade, temos tudo isso, mas de forma atabalhoada, servindo a interesses escusos e, portanto, degradando cada vez mais os prédios escolares, os salários e a própria qualidade do ensino ministrado? Avançamos muito em número de prédios, alunos e professores; mas esses avanços quantitativos, quando registrados, não correspondem, no geral, a resultados qualitativos satisfatórios.

O êxito da educação popular nas sociedades democráticas e hoje desenvolvidas guarda indiscutível relação com o fato de ela ter estado sempre afeita à iniciativa das instituições locais. Foi em escolas dominicais de igrejas e sindicatos que gerações de norte-americanos se alfabeti-

zaram, antes que os órgãos do Estado pudessem criar eles próprios ou contribuir para a montagem do vasto sistema escolar do país.

Nem por isso desapareceu o vínculo essencial entre o ensino básico e as particularidades sócio-culturais do lugar onde é administrado. Pelo contrário, o que houve foi a consagração dos poderes locais como "donos" da educação fundamental. Responsabilidade e autonomia encontram um instrumento de equilíbrio com a criação dos distritos escolares que elegem os seus dirigentes, têm competência arrecadadora e, como é próprio de uma democracia, desempenham suas funções valendo-se do concurso de conselhos comunitários.

A educação básica encontra-se paralisada no Brasil, antes de tudo, pela articulação defeituosa entre as funções da União, dos estados e municípios. Enquanto a Constituição federal atribui aos municípios responsabilidades na educação básica, a gestão dos recursos faz com que essas responsabilidades fiquem no papel. Articular os três entes federativos significa, no que se refere à educação básica, incorporar as comunidades na gestão da escola pública, dotando os municípios de recursos técnicos e financeiros para que possam cumprir o que determina a Constituição.

Os entraves burocráticos que dificultam o funcionamento do sistema educacional brasileiro não podem encobrir a verdadeira natureza do problema. O repasse dos recursos federais para a educação básica encontra-se, evidentemente, eivado de vícios que pedem correção. O fundo do problema, entretanto, não é administrativo, mas tem a ver com o que se ensina na escola básica brasileira. Em outras palavras, a qualidade do ensino. As evidências nesse campo são inquietantes: o ler, o escrever e o contar com proficiência tornam-se cada vez mais raros. Essa crise é generalizada, pois afeta tanto a escola pública como a particular. A discussão não consiste, portanto, no debate anacrônico entre escola pública e privada, mas deve versar sobre o papel exercido pelo Estado no controle qualitativo da aplicação dos recursos públicos.

O Governo federal deve voltar-se para o mais simples: apoiar o esforço municipal e comunitário na melhoria da educação básica. Isto significa vincular o repasse de recursos a projetos de treinamento dos professores e melhoria do nível salarial. Somente por esse caminho pode ser quebrada a aliança entre a burocracia e o corporativismo docente, que asfixia a escola pública brasileira.

Vicente Barretto é professor da Uerj e da UGF.